



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BRAÇO DO NORTE
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 95/2021
EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 17/2021

O **MUNICÍPIO DE BRAÇO DO NORTE**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 82.926.551/0001-45, através de seu Prefeito Municipal **Sr. ROBERTO KUERTEN MARCELINO**, torna público aos interessados que realizará licitação, na modalidade **TOMADA DE PREÇO**, Forma de Julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL** e Regime de Execução **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, destinada ao recebimento de propostas para "**CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PINTURA, COBERTURA E PAISAGISMO PARA O CENTRO COMUNITÁRIO DO RIO BONITO EM BRAÇO DO NORTE/SC**", **abertura dos envelopes dia 04 de novembro de 2021 às 14:00 horas**, de conformidade com a Lei n.º 8.666, de 21/06/93 e suas alterações, e o que regulamenta o art. 37, inciso XXI da Constituição Federal de 1988, e de acordo com as normas previstas neste Edital.

1 - INFORMAÇÕES GERAIS.

1.1 - Local e horário de expediente para esclarecimentos e informações aos licitantes: Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Braço do Norte localizada Rua Felipe Schmidt, nº 2070, centro, Braço do Norte, Santa Catarina, das 13:00 às 18:00 horas.

1.2 - Para as Micro Empresas e Empresas de Pequeno que queiram se beneficiar da Lei 123/2006 e sua alteração, deverão apresentar no credenciamento ou envelope de habilitação a CERTIDÃO SIMPLIFICADA emitida pela JUCESC com data de emissão até 90(NOVENTA) dias após sua emissão.

1.3 - Qualquer CIDADÃO poderá impugnar o edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até **5 (cinco) dias úteis** antes da data fixada para a abertura dos **envelopes de habilitação**, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113.

1.4 - DECAIRÁ do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a Administração o **licitante** que não o fizer até o **segundo dia útil** que anteceder a abertura dos envelopes, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso, devendo serem feitos os esclarecimentos e impugnações pelo pelo sistema 1DOC: <https://servicos.bracodonorte.sc.gov.br/index/detalhes/codServico/8147>.

2 - DO OBJETO

" CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PINTURA, COBERTURA E PAISAGISMO PARA O CENTRO COMUNITÁRIO DO RIO BONITO EM BRAÇO DO NORTE/SC."

3 - DAS CONDIÇÕES E RESTRIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 - Das restrições

3.1.1 - Não poderá participar da presente licitação empresa:

3.1.1.1 - Inidônea de acordo com o previsto no inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº. 8.666/93 e que não tenha restabelecido sua idoneidade;

3.1.1.2- Com falência decretada.



3.2. DO CREDENCIAMENTO

- I. Documento oficial de identidade do Representante Legal;
- II. Procuração por instrumento público, particular ou credenciamento (**assinatura com firma reconhecida em cartório**), que comprove a capacidade de representação, inclusive com outorga de poderes para, na forma da lei, formular ofertas e lances de preços, se for o caso, e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da licitante, **juntamente com cópia autenticada do contrato social e suas alterações ou ultima alteração consolidada e suas posteriores alterações**.
- III. Documentos comprobatórios, quando este for o caso, de ser o credenciado sócio da sociedade, com poderes para sua representação, ou titular de firma individual (atos constitutivos da pessoa jurídica, atos comprobatórios de eleição, declaração de firma individual, etc., conforme o caso).
- IV. A não apresentação do credenciamento não implica a inabilitação do Licitante, mas o impede de discordar e/ou se manifestar contra as decisões tomadas pela Comissão Permanente de Licitação, no ato de abertura dos envelopes “Documentação” e “Proposta”.
- V. Estes documentos deverão ser entregues no momento da abertura dos envelopes fora dos envelopes protocolados, conforme prevê item 5.1.

4 - DA HABILITAÇÃO

4.1. Os proponentes deverão apresentar **ENVELOPE LACRADO**, com a seguinte documentação:

4.1.1 Habilitação Jurídica:

- a) Cédula de Identidade do administrador da empresa (CÓPIA AUTENTICADA);
- b) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- f) Documento de credenciamento/Procuração com assinatura tendo firma reconhecida em cartório, se for o caso, do representante da empresa, para participar de licitação, com discriminação dos poderes. A não apresentação do credenciamento não implica a inabilitação do Licitante, mas o impede de discordar e/ou se manifestar contra as decisões tomadas pela Comissão Permanente de Licitação, no ato de abertura dos envelopes “Documentação” e “Proposta”.

4.1.2 Regularidade Fiscal:

- a) Prova de Inscrição do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Certidão Negativa de Débito do Município da sede da empresa;
- c) Certidão Negativa de Débito do Estado da sede da empresa, e Certidão Negativa de Débito do Estado de Santa Catarina;



- d) Certidão Negativa de Débitos, Contribuições Federais, em relação à Dívida Ativa da União e junto à Previdência Social;
- e) Prova de regularidade de situação ao F.G.T.S;
- f) Certidão Negativa de Débito Trabalhista.
- g) Cópia do Certificado do Registro Cadastral - CRC (cópia autenticada);
- h) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da constituição federal de 1988. **(ANEXO II)**
- i) Declaração de que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, empregado de empresa pública e de sociedade de economia mista. **(ANEXO IV)**
- j) Certidão negativa da Empresa e dos Sócios da Empresa participante, com detalhamento das Sanções Vigentes ao Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS
<http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc>

4.1.3 Qualificação Técnica:

- a) Certidão de Registro e Regularidade da **Proponente** e do **Responsável Técnico** junto ao CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo, dentro de seu prazo de validade;
- b) **Declaração** com indicação das instalações, aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;
- c) A empresa deverá retirar o **Atestado de visita ou Declaração**, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
- d) Documentos referentes ao técnico profissional: - o Técnico Profissional de Nível Superior responsável pela obra deverá pertencer ao **quadro de funcionários da empresa**, consistindo na apresentação das partes referentes a identificação do profissional - No caso do Técnico Profissional de Nível Superior responsável fazer **parte do corpo societário da empresa**, basta apresentar cópia da “Certidão Simplificada”, emitida pela Junta Comercial do Estado, ou do contrato social, ou alteração contratual, em vigor, que comprove o vínculo. Ou apresentação de **contrato de prestação de serviço** entre o profissional técnico e a empresa participante.
- e) Comprovação de que a licitante realizou, sem restrição, serviços que sejam compatíveis com o objeto da licitação, através de 01 (um) ou mais **Atestados** fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado e visado pelo CREA **da Empresa participante ou do Responsável Técnico**, juntamente com Certidão de Acervo Técnico (CAT), comprovando aptidão, contendo no mínimo os itens de maior relevância e valor significativo do presente objeto, previstos conforme PROJETPO BÁSICO EM ANEXO.

4.1.4. Qualificação Econômico-Financeiro

- a) Certidão **negativa de falência ou concordata**, expedida pelos sistemas ESAJ e EPROC, dentro de seu prazo de validade.
- b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;



c.4) Será considerada habilitada a prosseguir neste certame a Proponente que apresentar comprovação de boa situação econômico-financeira, a ser avaliada através dos valores de índices extraídos do balanço patrimonial apresentado, e atingir, concomitantemente, todas as condições e valores de pontuação abaixo relacionados:

- a) Índice de Liquidez Corrente (ILC) **igual ou superior 1,00;**
- b) Índice de Liquidez Geral (ILG) **igual ou superior a 1,00;**
- c) Índice de Endividamento Total (IET) **igual ou inferior a 1,00.**

c.5) Em conjunto com as demonstrações financeiras referidas na letra anterior, a proponente deverá apresentar Demonstrativo, devidamente assinado por Contador ou Técnico em Contabilidade, com indicação de seu número de registro no CRC, onde constarão todos os índices apurados a partir dos documentos supra, bem como memória de cálculo dos mesmos.

4.2 – Todos os documentos apresentados em fotocópia (xerox), deverão ser devidamente autenticados.

4.3 – Em caso de o licitante optar por autenticar os documentos com funcionário da empresa devidamente qualificado, as autenticações serão feitas até o último dia, anterior a data da reunião.

5 - DA ENTREGA E FORMA DE PREENCHIMENTO.

5.1 - Os envelopes nº 01 - DOCUMENTAÇÃO e o nº 02 - PROPOSTA, deverão ser entregues fechados e/ou lacrados, até às 13:55 horas do dia 04 de novembro de 2021, no Departamento de Tributação/Protocolo, localizada no edifício da Prefeitura Municipal de Braço do Norte, no Centro, contendo no anverso dos mesmos, respectivamente, os seguintes dizeres:

A) ENVELOPE Nº. 01 – DOCUMENTAÇÃO

- 1 - Indicação da razão social e endereço completo da Empresa
- 2 - CNPJ Nº.
- 3 - Número do Processo Licitatório:
- 4 - Número da Tomada de Preço:
- 5 - Endereçado:
MUNICIPIO DE BRAÇO DO NORTE
AV. FELIPE SCHMIDT, 2070
CENTRO – BRAÇO DO NORTE - SC

B) ENVELOPE Nº. 02 – PROPOSTA

- 1 - Indicação da razão social e endereço completo da Empresa
- 2 - CNPJ Nº.
- 3 - Número do Processo Licitatório:
- 4 - Número da Tomada de Preço:
- 5 - Endereçado:
MUNICIPIO DE BRAÇO DO NORTE
AV. FELIPE SCHMIDT, 2070
CENTRO – BRAÇO DO NORTE – SC



6 - DA EXECUÇÃO E DO PRAZO

6.1 - A obra contratada através da presente licitação será realizada no regime de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**.

6.2 - O prazo máximo para execução do objeto da presente licitação será conforme cronograma físico financeiro previsto, contados a partir da data da assinatura da Ordem de Serviço.

6.3 - A execução deverá ser rigorosamente de acordo com os projetos de Engenharia, especificações e demais elementos técnicos relacionados nesta licitação, sendo que quaisquer alterações somente poderão ser realizadas se apresentadas por escrito e aprovadas pelo Engenheiro responsável da Prefeitura.

6.4 - Os atrasos na execução dos serviços, nos prazos de início e conclusão, somente serão justificáveis quando decorrerem de casos fortuitos, de força maior ou de fatos de responsabilidade desta Prefeitura, desde que comprovados na época oportuna.

6.5 - Na ocorrência de tais fatos ou casos de pedidos de prorrogação referente ao prazo inicial, serão encaminhados por escrito a esta Comissão Permanente de Licitações, um dia após o evento, enquanto os pedidos de prorrogação do prazo final deverão ser encaminhados, por escrito, 10 (dez) dias úteis antes de findar o prazo e, em ambos os casos, com justificação circunstanciada.

6.6 - Todos os materiais a serem empregados na obra deverão ser fornecidos pela contratada, bem como, todos os custos de aquisição e transporte. Os materiais deverão ser da melhor qualidade, obedecendo às especificações e normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

7 - DA ABERTURA DOS ENVELOPES 01 - DOCUMENTAÇÃO E 02 – PROPOSTA.

7.1 - Às 14:00 (Quatorze) horas do dia 04 de novembro de 2021, na sala da Comissão Permanente de Licitações, localizada no edifício da Prefeitura Municipal de Braço do Norte, situada na Av. Felipe Schmidt, 2070, centro – Braço do Norte SC.

7.2 - Os documentos contidos nos envelopes nº 01 serão examinados e rubricados pelos participantes da Comissão Permanente de Licitação, bem como pelas proponentes ou seus representantes presentes.

7.2.1 - Desta fase será lavrada ata circunstanciada a respeito, assinada pelos Licitantes presentes e pela Comissão, devendo toda e qualquer declaração constar obrigatoriamente da mesma.

7.2.2 - Os envelopes “Proposta” das proponentes “inabilitadas”, ficarão à disposição das mesmas, pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data marcada para abertura do envelope nº.

02 - Proposta. Caso os licitantes não os retirem, os mesmos serão devolvidos ou destruídos após o resultado final da licitação.

7.3 - DA ABERTURA DO ENVELOPE Nº. 02 - “PROPOSTA”

7.3.1 - Os envelopes “Proposta” das proponentes habilitadas serão abertos, a seguir, no mesmo local, pela Comissão Permanente de Licitação, desde que haja renúncia expressa de todos os proponentes de interposição de recursos de que trata o art. 109, I, “a”, da Lei Federal 8.666/93. Em não ocorrendo, a abertura será comunicada às proponentes, após julgado o recurso interposto ou decorrido o prazo de interposição.

7.3.2 - Abertos os envelopes “Proposta”, as propostas serão tidas como imutáveis e acabadas, não sendo admitidas quaisquer providências posteriores tendentes a sanar falhas ou omissões que as ofertas apresentarem em relação às exigências e formalidades previstas neste Edital.



7.3.3 - As Propostas serão examinadas e rubricadas pelos membros da Comissão Permanente de Licitação, bem como pelas proponentes ou seus representantes presentes, e será procedida a leitura dos preços e condições oferecidas.

7.3.4 - Desta fase será lavrada ata circunstanciada a respeito, assinada pelos Licitantes presentes e pela Comissão, devendo toda e qualquer declaração constar obrigatoriamente da mesma, ficando sem direito de fazê-lo posteriormente, tanto as proponentes que não tiverem comparecido, como os que, mesmo comparecendo, não consignarem em ata os seus protestos.

8 - DA APRESENTAÇÃO DO ENVELOPE Nº. 02 - “PROPOSTA”

8.1 - As propostas deverão ser apresentadas datilografadas, ou em meio computacional em 01 (uma) via de igual teor e forma, com clareza, sem rasuras, emendas ou entrelinhas, assinadas em todas as folhas, obedecendo rigorosamente os termos deste Edital, não sendo consideradas aquelas que apresentarem produtos diferentes, implicando em sua imediata rejeição. A proposta deverá conter os preços unitários e preço global, sendo o preço global escrito por extenso.

8.2 – O prazo de validade da proposta **não** poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias;

8.3 – A execução dos serviços previstos nesta licitação, **deverão ser concluídas conforme cronograma físico financeiro, sob pena de penalização nos termos do contrato a ser celebrado entre as partes;**

8.4 – O orçamento discriminado da obra e respectivas unidades, quantidades, preços unitários e totais, deverá respeitar as planilhas e memoriais descritivos fornecidos por esta Prefeitura;

8.5 - Considerar-se-ão inclusas na proposta todas as despesas concernentes à execução da reforma e ou serviços projetados e especificações, com o fornecimento de materiais e mão-de-obra necessários, encargos sociais, ferramental, equipamentos, assistência técnica, benefícios e despesas indiretas, tributos ou quaisquer outras incidências.

8.6 - Não serão aceitas, nem levadas em consideração, propostas encaminhadas por telexogramas, telegramas, radiogramas, aerogramas, correio eletrônico ou fax.

8.7 - As proponentes deverão apresentar apenas uma proposta.

8.8 - As propostas não poderão conter emendas, rasuras, borrões ou entrelinhas de forma a dificultar o reconhecimento de sua caracterização, considerada indispensável ao respectivo julgamento.

8.9 – Deverão ser apresentados no envelope “PROPOSTA”,

8.9.1 – Proposta em forma de Planilha Orçamentária conforme Projeto Básico;

8.9.2 – Cronograma Físico conforme prazo pré-estabelecido pela Administração;

8.9.3 – Tabela do BDI aberto da empresa participante.

8.9.4 – Todos os documentos acima deverão constar a assinatura do responsável técnico da empresa participante.

9 – CRITÉRIOS PARA JULGAMENTO

9.1 - Será adotado como critério de julgamento da presente licitação o **MENOR PREÇO GLOBAL**, sendo que os preços apresentados pelos participantes não poderão ultrapassar o valor apresentado na **Planilha Orçamentária** sobre pena de desclassificação, fica ainda estabelecido aos participantes o critério de aceitabilidade de preços conforme artigo 40 da lei 8.666/93 e suas alterações.

9.2- A adjudicação da proposta classificada em primeiro lugar somente ocorrerá após a decisão classificatória, esgotados os prazos dos recursos administrativos.



9.3- A omissão, erro ou exclusão de serviços ou quantidades na proposta, ou nos orçamentos discriminados de quaisquer itens contidos nos memoriais descritivos e demais elementos técnicos fornecidos pela Prefeitura, não exime a contratada de executá-los dentro do preço proposto.

9.4- Serão desclassificadas as propostas:

9.4.1 - que não atendam às exigências do ato convocatório desta licitação;

9.4.2 - das empresas que estejam inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

9.4.3 - É facultada à Comissão Permanente de Licitações ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

10 - DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

10.1 - O objeto desta licitação será contratado com a proponente classificada em primeiro lugar.

10.2 - A proponente vencedora, após a adjudicação e homologação, será notificada para celebrar o contrato.

10.3 - A recusa injustificada da Licitante vencedora em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo previsto para a contratação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando às penalidades previstas no item 17 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS, do presente Edital.

11 - DO PAGAMENTO

11.1- O pagamento far-se-á, mediante a apresentação de NOTA FISCAL, emitida em Reais, e de acordo com a minuta do contrato que é parte integrante deste processo de licitação.

11.2- Para efeito de pagamento, o faturamento deverá vir acompanhado dos comprovantes de recolhimento do ISS, do FGTS, do INSS (com indicação do CEI) e da folha de pagamento de pessoal, da obra, relativo ao mês imediatamente anterior (cópia autenticada ou original).

11.3 - Se ocorrerem aditivos que incluam acréscimos de valores e quantidades dos serviços e materiais, a proponente deverá readequar este aditivo ao cronograma-físico-financeiro original, e reapresentá-lo com as devidas alterações.

11.4 - O novo cronograma físico-financeiro deverá acompanhar a solicitação de aditivo.

11.5 - A CONTRATADA deverá apresentar no ato da assinatura da Ordem de Serviço, a C.E.I. (Cadastro Específico do I.N.S.S.).

1. 11.6 - Os pagamentos só poderão ser realizados à CONTRATADA, mediante pagamento ou retenção de 4%(quatro) por cento do I.S.S., do valor total da nota fiscal emitida e 11% (onze por cento) de I.N.S.S., sobre o valor dos serviços prestados discriminados na Nota Fiscal. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FONTE DE RECURSOS**

ORGÃO: 07 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE: 01 – DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROJ./ATIV.: 2.036 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CODIGO REDUZIDO: 139 – R\$ 70.493,86



12 - DA RETENÇÃO DO INSS INCIDENTE SOBRE O VALOR DA NOTA FISCAL DE SERVIÇO

12.1 – O contratante reterá junto à contratada INSS incidente sobre o valor do serviço contido nas notas fiscais, conforme os percentuais estabelecidos no item 17.3 da ordem de serviço do INSS/DAF nº 209 de 20 de maio de 1999.

13 - DA FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

13.1 - O CONTRATANTE exercerá ampla e irrestrita fiscalização na execução dos serviços objeto deste contrato, a qualquer hora, pelo Engenheiro desta Prefeitura, ou pessoa designada pelo CONTRATANTE, sendo a mesma realizada, individual ou conjuntamente, para todos os efeitos.

13.2 - O documento hábil para comprovação, registro e avaliação de todos os fatos e assuntos relacionados e referentes à execução dos serviços, será o **DIÁRIO DE OBRAS**, fornecido pelas empresas, onde tanto a contratada quanto a fiscalização deverão proceder anotações diárias, visando à comprovação real do andamento da obra e execução dos termos do contrato, sendo visado diariamente por profissionais credenciados de ambas as partes. **O DIÁRIO DE OBRAS** deverá ser aberto mediante termo circunstanciado, lavrado na primeira página, correspondente ao dia em que efetivamente a empresa iniciar os serviços.

13.3 - Concluídos os serviços, se estiverem em perfeitas condições, serão recebidos provisoriamente pela fiscalização, ou pelo responsável pelo seu acompanhamento, que lavrará o Termo de Recebimento Provisório.

13.4 - A contratada fica obrigada a manter a obra em perfeitas condições de conservação e funcionamento, por sua conta e risco, até ser lavrado o Termo de Recebimento Definitivo, que se dará, decorridos 90 (noventa) dias após o Recebimento Provisório.

13.5- A contratada, executado o objeto contratual, responderá pela solidez e segurança dos serviços da obra, durante o prazo de 5 (cinco) anos, em conformidade com a legislação pertinente.

14 - DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE

14.1 - Cabe ao município contratante:

14.1.1 - Definição precisa do objeto desta licitação, caracterizado por projetos executivos, complementes, especificações e referências necessárias ao perfeito entendimento pelos licitantes;

14.1.2- empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento das faturas em dias;

14.1.3- tomar as providências necessárias à abertura do processo licitatório;

14.1.4- encaminhar a publicação resumida do instrumento de contrato, ou de seus aditamentos, no Diário Oficial Eletrônico do Município.

15- DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

15.1- Cabe à contratada:

15.1.1 - contatar com o Setor de Engenharia desta Prefeitura Municipal, antes de iniciar os serviços, no sentido de acertar os detalhes da execução;

15.1.2 - executar o objeto do presente contrato de acordo com a proposta por ela apresentada no procedimento licitatório, memoriais descritos e planilhas orçamentárias e quantitativas, detalhes de execução e projetos que declara conhecer;

15.1.3 - manter na obra um profissional de nível superior, da área de engenharia, em tempo integral, bem como, uma equipe de operários na quantidade necessária ao cumprimento do cronograma físico proposto, além de um mestre de obra de comprovada experiência, todos devidamente qualificados;



15.1.4 - assumir responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar, pelo fornecimento de equipamentos, materiais, mão-de-obra, assim como pelo cumprimento dos elementos técnicos recebidos, bem como quaisquer danos decorrentes da realização destes serviços causados à Prefeitura ou a terceiros;

15.1.5 - não subcontratar o total dos serviços adjudicados, sendo-lhe, entretanto, permitido fazê-lo parcialmente pelo percentual definido pela administração, continuando a responder, porém, direta e exclusivamente, pela fiel observância das obrigações contratuais;

15.1.6 - comunicar os serviços optados pela subcontratação, apresentando a relação dos serviços subcontratados e as empresas que irão executá-los;

15.1.7 - especificar no Diário de Obras os serviços inerentes à contratada e as subcontratadas, bem como, os respectivos números de empregados utilizados;

15.1.8 - retirar dentro de 72 (setenta e duas) horas corridas, após receber a notificação, todo material rejeitado pela fiscalização, desmanchar e refazer imediatamente, por sua conta, o serviço que não for aceito, mantendo a obra limpa diariamente;

15.1.9 - cumprir todas as exigências das leis e normas de segurança, saúde e higiene de trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual a todos os que trabalharem, ou por qualquer motivo, permanecerem na obra;

15.1.10 - responder pela vigilância e segurança da obra, bem como dos materiais e equipamentos, ficando os mesmos de responsabilidade da Prefeitura após a entrega definitiva da obra;

15.1.11 - providenciar a suas custas, a realização de todos os ensaios, verificações e provas de materiais fornecidos e de serviços executados, bem como, os reparos que se tornarem necessários para que os trabalhos sejam entregues em perfeitas condições, conforme solicitação da CONTRATANTE.

15.1.12 - facilitar todas as atividades de fiscalização da obra que serão realizadas pelo engenheiro desta Prefeitura, fornecendo todas as informações e elementos necessários;

15.1.13 - providenciar no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após a assinatura do contrato, o registro da obra no INSS, apresentando para a Comissão Permanente de licitações, o comprovante da matrícula da obra;

15.1.14 - arcar com as despesas concernentes à publicação do extrato do contrato e seus aditivos se ocorrerem;

15.1.15 - manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar à Administração, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção da obra;

15.1.16 - fornecer 2 Placas, 1 Placa indicativa da obra e outra da empresa contratada, em local destacado e visível, conforme orientação do Departamento de Engenharia desta Prefeitura Municipal;

15.1.17 - concluída a obra, apresentar os desenhos (projetos) atualizados de qualquer elemento ou instalação da obra que por motivos diversos, haja sofrido modificação no decorrer dos trabalhos. Referidos desenhos deverão ser devidamente autenticados, executados em papel vegetal, devendo ser adotados os modelos de prancha-padrão.

16- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1- As sanções contratuais serão a advertência, a multa, a suspensão temporária de participação em licitação, o impedimento de licitar com a administração por prazo não superior a



2 (dois) anos e declaração de inidoneidade, com fulcro no Capítulo IV, Seções I e II, da Lei n.º 8.666, de 21/6.93 e suas alterações.

16.1.1- A recusa injusta do adjudicatário em assinar o contrato, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da notificação, implicará na multa de 10% (dez por cento) do valor da contratação.

16.1.2 - As multas previstas são as seguintes:

16.1.3- 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato, por dia, caso ultrapasse o prazo para o início da execução da obra;

16.1.4- 0,2% (dois décimos por cento) do saldo do contrato atualizado, por dia que exceda o prazo contratual.

16.1.5 As multas previstas no subitem anterior são independentes e serão aplicadas cumulativamente.

16.1.6 A multa prevista no inciso 16.1.2 será descontada quando do pagamento da 1ª (primeira) parcela, sendo devolvida caso a empresa termine a obra dentro do prazo

16.1.7 As penalidades poderão ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, nos termos do art. 87 da Lei n.º 8.666, de 21/06/93 e suas alterações.

17- DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

17.1- O presente contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

17.1.1- por ato unilateral, escrito, do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei. N.º 8.666/93;

17.1.2- amigavelmente por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;

17.1.3- judicialmente, nos termos da legislação vigente.

17.2- O não cumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e ou extrajudicial.

17.3- A rescisão do contrato, com base no parágrafo anterior, sujeita à CONTRATADA a multa rescisória de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato (no caso de desistência da prestação total dos serviços) ou do saldo do contrato existente na data da rescisão (no caso de desistência da conclusão dos serviços), independentemente de outras multas aplicadas à CONTRATADA por infrações anteriores.

17.4- Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

18 - DOS RECURSOS.

18.1- Os recursos interpostos às decisões proferidas pela Comissão Permanente de Licitações somente serão acolhidos nos termos do Capítulo V, da Lei n.º 8.666, de 21/6/93 e suas alterações, se dirigidos diretamente ao Prefeito Municipal, protocolados em tempo hábil pelo sistema 1DOC: <https://servicos.bracodonorte.sc.gov.br/index/detalhes/codServico/8147>.

19 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.

19.1- Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.



19.2- Só se iniciam e vencem os prazos referidos no subitem 20.1 em dia de expediente desta Prefeitura.

19.3- É reservado à Prefeitura Municipal de Braço do Norte SC, antes da assinatura do contrato, o direito de, por despacho motivado, de que dará ciência aos licitantes, anular esta licitação ou revogá-la, na forma do art. 49, da Lei n.º 8.666/93.

19.4- Quaisquer questões decorrentes da execução do contrato, que possam ser suscitadas entre a Prefeitura e a contratada, serão resolvidos de acordo com a legislação vigente.

19.5- Fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte SC, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões provenientes da execução do contrato.

19.6- A presente licitação reger-se-á pelos dispositivos contidos neste Edital.

Braço do Norte SC, 19 de Outubro de 2021.

ROBERTO KUERTEN MARCELINO
Prefeito Municipal



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BRAÇO DO NORTE
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 95/2021
EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 17/2021**

ANEXO I

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 00/2021

Pelo presente instrumento de contrato de Regime de Execução **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, o **MUNICÍPIO DE BRAÇO DO NORTE**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o n.º 82.926.551/0001-45, com sede na Avenida Felipe Schmidt, centro, Braço do Norte (SC), através de seu Prefeito Municipal, Sr. **ROBERTO KUERTEN MARCELINO**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa, estabelecida na, CNPJ nº, neste ato representado por seu, senhor, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato de prestação de serviços de " **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PINTURA, COBERTURA E PAISAGISMO PARA O CENTRO COMUNITÁRIO DO RIO BONITO EM BRAÇO DO NORTE/SC**".

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS DOCUMENTOS

- Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação nº 95/2021, Tomada de Preço nº 17/2021, inclusive a proposta apresentada pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

" **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PINTURA, COBERTURA E PAISAGISMO PARA O CENTRO COMUNITÁRIO DO RIO BONITO EM BRAÇO DO NORTE/SC.**"

CLÁUSULA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO.

- O **CONTRATANTE** exercerá ampla e irrestrita fiscalização na execução dos serviços objeto deste contrato, a qualquer hora, pelo Engenheiro desta Prefeitura, ou pessoa designada pelo **CONTRATANTE**, sendo a mesma realizada, individual ou conjuntamente, para todos os efeitos.

§ 1º - A fiscalização do **CONTRATANTE** poderá exigir a substituição de qualquer empregado da **CONTRATADA**, de acordo com o interesse dos serviços, o que deverá ocorrer em até 24 (vinte e quatro) horas após a solicitação.

§ 2º - A fiscalização exercida não reduz nem exclui a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive terceiros, por qualquer irregularidade.



CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.

- a) empenhar recursos necessários, garantindo o pagamento das faturas em dia;
- b) encaminhar à IMPRENSA o extrato do contrato e de seus aditivos, se ocorrerem, para a devida publicação, cujas despesas correrão às expensas do contratado, conforme letra “o” da cláusula sexta deste contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

- a) contatar com o Setor de Engenharia desta Prefeitura Municipal, antes de iniciar os serviços, no sentido de acertar os detalhes da execução;
- b) executar o objeto do presente contrato de acordo com a proposta por ela apresentada no procedimento licitatório, memoriais descritos e planilhas orçamentárias e quantitativas, detalhes de execução e projetos que declara conhecer;
- c) apresentar em até 7 (sete) dias após a assinatura do contrato, na sala da Comissão Permanente de Licitações, a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, quitada, do técnico de nível superior responsável pela execução da obra, Placa fixada na obra conforme orientação do Departamento de Engenharia;
- d) manter na obra um profissional de nível superior, da área de engenharia, em tempo integral, bem como, uma equipe de operários na quantidade necessária ao cumprimento do cronograma físico proposto, além de um mestre de obra de comprovada experiência, todos devidamente qualificados;
- e) assumir responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar, pelo fornecimento de equipamentos, materiais, mão-de-obra, assim como pelo cumprimento dos elementos técnicos recebidos, bem como quaisquer danos decorrentes da realização destes serviços causados à Prefeitura ou a terceiros;
- f) não subcontratar o total dos serviços adjudicados, sendo-lhe, entretanto, permitido fazê-lo parcialmente, continuando a responder, porém, direta e exclusivamente, pela fiel observância das obrigações contratuais;
- g) comunicar os serviços optados pela subcontratação, apresentando a relação dos serviços subcontratados e as empresas que irão executá-los;
- h) se obriga a facilitar todas as atividades de fiscalização dos serviços, que será feita por funcionário designado pela Prefeitura Municipal de Braço do Norte/SC, fornecendo as informações e demais elementos necessários;
- i) especificar no Diário de Obras os serviços inerentes à contratada e as subcontratadas, bem como, os respectivos números de empregados utilizados;
- j) retirar dentro de 72 (setenta e duas) horas corridas, após receber a notificação, todo material rejeitado pela fiscalização, desmanchar e refazer imediatamente, por sua conta, o serviço que não for aceito, mantendo a obra limpa diariamente;
- k) cumprir todas as exigências das leis e normas de segurança, saúde e higiene de trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual a todos os que trabalharem, ou por qualquer motivo, permanecerem na obra;
- l) responder pela vigilância e segurança da obra, bem como dos materiais e equipamentos, ficando os mesmos de responsabilidade da Prefeitura após a entrega definitiva da obra;
- m) providenciar a suas custas, a realização de todos os ensaios, verificações e provas de materiais fornecidos e de serviços executados, bem como, os reparos que se tornarem necessários para que os trabalhos sejam entregues em perfeitas condições, conforme solicitação da Caixa Econômica Federal;



- n) facilitar todas as atividades de fiscalização da obra que serão realizadas pelo engenheiro desta Prefeitura, fornecendo todas as informações e elementos necessários;
- o) providenciar no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após a assinatura do contrato, o registro da obra no INSS, apresentando para a Comissão Permanente de licitações, o comprovante da matrícula da obra;
- p) arcar com as despesas concernentes à publicação do extrato do contrato e seus aditivos se ocorrerem;
- q) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar à Administração, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção da obra;
- r) fornecer 2 Placas, 1 Placa indicativa da obra e outra da empresa contratada, em local destacado e visível, conforme orientação expedida pelo Departamento de Engenharia deste Município.
- s) concluída a obra, apresentar os desenhos (projetos) atualizados de qualquer elemento ou instalação da obra que por motivos diversos, haja sofrido modificação no decorrer dos trabalhos. Referidos desenhos deverão ser devidamente autenticados, executados em papel vegetal, devendo ser adotados os modelos de prancha-padrão.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO CRÉDITO.

A DESPESA COM A EXECUÇÃO DESTE CONTRATO CORRERÁ POR CONTA DAS SEGUINTE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

ORGÃO: 07 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE: 01 – DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROJ./ATIV.: 2.036 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CODIGO REDUZIDO: 139 – R\$ 70.493,86

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

Pela prestação dos serviços, objeto deste contrato, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, através de empenho, a importância total de R\$ (.....), que será efetuado em parcelas mensais de acordo com a respectiva nota fiscal e após as medições realizadas pelo Departamento de Engenharia desta Prefeitura Municipal.

§ 1º - Os pagamentos dos serviços serão efetuados, mediante medições e faturas com entrada no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Braço do Norte/SC;

§ 2º - Para efeito da medição, serão consideradas as quantidades de serviços efetivamente executados e atestadas pela fiscalização;

§ 3º - Entre duas medições não poderão decorrer menos de 30 (trinta) dias, exceto a inicial e final que poderão abranger períodos inferiores a 30 (trinta) dias;

§ 4º - Caso a fiscalização venha constatar divergência quanto aos valores apurados, informará por escrito à CONTRATADA, que deverá apresentar nova medição corrigida, bem como as justificativas devidas e efetuar as correções requeridas;

§ 5º - As subcontratadas deverão apresentar, quando for o caso, a partir da segunda parcela, o faturamento acompanhado dos comprovantes de recolhimento do ISS, do INSS (com indicação do CEI) e da folha de pagamento do pessoal da obra, relativo ao mês imediatamente anterior (cópia autenticada ou original);



§ 6º - Para efeito de pagamento será exigida, ainda, uma declaração da CONTRATADA e das subcontratadas, que mantêm escrita contábil, firmada por seus representantes legais e contadores, sob pena de prevalecerem os percentuais previstos, nos termos do Título V, da Ordem de Serviços INSS/DAF nº 165/97, relativa ao mês imediatamente anterior.

§ 7º - O CONTRATANTE tem 30 (trinta) dias úteis para pagamento da fatura. Referido prazo iniciar-se-á somente após a liberação definitiva da parcela pelo funcionário especialmente designado pelo CONTRATANTE.

§ 8º - No caso do não pagamento da nota de serviço ou fatura até o 30º (trigésimo) dia útil, será efetuada a compensação financeira do 31º (trigésimo primeiro) dia até a data da efetiva quitação, de acordo com a variação do IGP/M-1 (Índice Geral de Preços do Mercado, mês anterior), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (F.G.V.).

§ 9º - Havendo antecipação do cronograma físico na execução da obra, a CONTRATADA poderá solicitar o pagamento, o qual será liberado mediante autorização do funcionário especialmente designado pela CONTRATANTE.

§ 10º - A CONTRATADA deverá apresentar no ato da assinatura da Ordem de Serviço, a C.E.I. (Cadastro Específico do I.N.S.S.). Os pagamentos só poderão ser realizados à CONTRATADA, mediante pagamento ou retenção de 4%(quatro) por cento do I.S.S., dos serviços prestados discriminados na Nota Fiscal.

CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTE

Os preços contratuais serão reajustados, para mais ou para menos, obedecendo-se a periodicidade determinada pela legislação vigente.

- Após o decurso de 1 (um) ano de contrato e contados a partir da data limite da proposta, os valores, ainda não pagos, das parcelas de cada etapa, que extrapolarem este período, serão reajustados pelo INCC-1 Índice Nacional Construção Civil, menos 1 (um) mês, col. 35, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas - F.G.V.

Parágrafo único - As parcelas do cronograma físico-financeiro correspondentes às etapas que deveriam ser concluídas dentro do período referido, somente serão reajustadas se o atraso registrado não for decorrente de responsabilidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS ADITIVOS

- Caso ocorra aditivo por acréscimos (serviços extraordinários), ou prorrogação de prazo, o cronograma físico-financeiro deverá ser apresentado no ato da assinatura do mesmo, devidamente readequado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO PRAZO

12.1. O prazo máximo para execução dos objetos da presente licitação será conforme cronograma físico.

Contrato Válido até até **31/12/2021**, podendo ser prorrogado na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações.

12.2. A execução deverá ser rigorosamente de acordo com os projetos de Engenharia, especificações e demais elementos técnicos relacionados nesta licitação, sendo que quaisquer alterações somente poderão ser realizadas se apresentadas por escrito e aprovadas pela Comissão Permanente de Licitações e ou pelo Engenheiro responsável da Prefeitura.



12.3. Os atrasos na execução dos serviços, nos prazos de início e conclusão, somente serão justificáveis quando decorrerem de casos fortuitos, de força maior ou de fatos de responsabilidade desta Prefeitura, desde que comprovados na época oportuna.

12.4. Na ocorrência de tais fatos ou casos de pedidos de prorrogação referente ao prazo inicial, serão encaminhados por escrito a esta Comissão Permanente de Licitações, um dia após o evento, enquanto os pedidos de prorrogação do prazo final deverão ser encaminhados, por escrito, 10 (dez) dias úteis antes de findar o prazo e, em ambos os casos, com justificativa circunstanciada.

12.4.1. Caso haja necessidade de serviços complementares, resultantes de modificações previamente autorizadas por escrito pela CONTRATANTE, estes serão processados em separado. O pedido deverá ser protocolado, com data de no mínimo 5 (cinco) dias úteis antes do término da reforma, de acordo com a proposta inicial, mediante orçamento apresentado ao CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO RECEBIMENTO DA OBRA

PROVISÓRIO: concluída a obra e serviços, será promovido seu recebimento provisória pela fiscalização do CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, devendo a CONTRATADA, neste ato, apresentar o Certificado de Quitação (CND), obtido junto ao INSS, o Certificado de Regularidade de Situação - CRS perante o FGTS e o comprovante de quitação do ISS obtido junto a Prefeitura local.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

- O presente contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos.

- a) por ato unilateral, escrito, do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;
- b) amigavelmente por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;
- c) judicialmente, nos termos da legislação vigente.

§ 1º - O não cumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e ou extrajudicial.

§ 2º - A rescisão do contrato, com base no parágrafo anterior, sujeita a CONTRATADA a multa rescisória de 10 (dez por cento) sobre o valor do contrato (no caso de desistência da prestação total dos serviços) ou do saldo do contrato existente na data da rescisão (no caso de desistência da conclusão dos serviços), independentemente de outras multas aplicadas à CONTRATADA por infrações anteriores.

§ 3º - Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

§4º - Constituem motivos para rescisão do Contrato:

- a) O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- c) A lentidão no seu cumprimento, levando a administração a presumir a não conclusão dos serviços, nos prazos estipulados;
- d) O atraso injustificado no início dos serviços;



- e) A paralisação dos serviços, sem justa causa por mais de 5 (cinco) dias e prévia comunicação para a administração;
- f) A subcontratação parcial do seu objeto sem a prévia autorização da CONTRATANTE, a associação do CONTRATADO com outrem, a cessão, ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cessão ou incorporação;
- g) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução, assim como as de seus superiores;
- h) O cometimento reiterado de faltas na sua execução anotadas na forma do parágrafo 1º, do artigo 67, da Lei Federal nº 8.666, de 21/6/93, com alterações decorrentes das Leis Federais nos 8.883, de 8/6/94, 9.033, de 28/4/95, 9.648, de 27/5/98 e 9.854, de 27/10/99;
- i) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- j) A dissolução da sociedade ou falência da CONTRATADA;
- k) A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a execução do Contrato;
- l) O protesto de título ou emissão de cheques sem suficiente provisão, que caracterizam a insolvência da CONTRATADA;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

De conformidade com o estabelecido nos artigos 77, 78, 86 e 87 da Lei nº 8.666, de 21/6/93, com as alterações decorrentes das Leis nos 8.883, de 8/6/94, 9.032, de 28/4/95, 9.648, de 27/5/98 e 9.854, de 27/10/99, a licitante vencedora que descumprir as condições deste Contrato, ficará sujeita às seguintes penalidades, mediante publicação no Diário XX:

§1º - Advertência, verbal ou escrita, quando houver qualquer PARALISAÇÃO NÃO AUTORIZADA ou quando houver descumprimento de qualquer cláusula do Edital ou do Contrato, e/ou nas faltas leves que não acarretem prejuízos de monta à execução do Contrato, não eximindo o advertido das demais sanções e multas;

§2º - Multas, na forma abaixo:

- a) 0,1% (um décimo por cento) do valor do Contrato, quando os serviços não forem executados perfeitamente de acordo com as especificações Técnicas aplicáveis, e quando a CONTRATANTE for erroneamente informada;
- b) 2% (dois por cento) sobre o valor não executado do Contrato pela sua inexecução parcial;
- c) 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato pela sua inexecução total;

§3º - Sem prejuízo da aplicação ao inadimplente das sanções que lhe couberem, a CONTRATANTE descontará da última parcela os valores necessários a fim de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha acarretado a CONTRATADA, podendo ainda reter créditos decorrentes do Contrato e promover a cobrança judicial, por perdas e danos;

§4º - Suspensão, pelo prazo de até dois (02) anos, de participação em licitações públicas e impedimento de Contratar com a CONTRATANTE, conforme a gravidade do caso e quando a inexecução decorrer de violação culposa da CONTRATADA;

§5º - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Prefeitura de Braço do Norte/SC, quando a inexecução do Contrato decorrer de violação dolosa da CONTRATADA, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação na forma da legislação em vigor;



§6º - A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da Empresa, seus Diretores e Responsáveis Técnicos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666, de 21/06/93, suas alterações e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se lhe supletivamente os princípios da Teoria Geral dos contratos e as disposições de Direito Privado.

Parágrafo único - Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS ENCARGOS

Decorrente dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto, ficarão a cargo da CONTRATADA, Art. 71 da Lei 8.666/93.

Transferir Responsabilidade Civil e estabelecer a sinalização.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA AUDITORIA

O CONTRATANTE poderá designar técnicos para procederem auditoria concernente aos Encargos Previdenciários/ Tributários pertinentes aos empregados, bem como solicitar a fiscalização por parte dos órgãos competentes.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas do presente contrato.

E, por estarem de acordo, as partes assinam este instrumento em 4 (quatro) vias de igual forma e teor, na presença das testemunhas abaixo.

Braço do Norte SC, 19 de Outubro de 2021.

MUNICÍPIO DE BRAÇO DO NORTE
Sr. ROBERTO KUERTEN MARCELINO
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

NOME DA EMPRESA
REPRESENTANTE LEGAL
CARGO
CONTRATADO

Testemunhas:

THIAGO CORREA TANCREDO
CPF: 040.734.739-99

WANDO FURLAN CEOLIN
CPF: 036.460.889-74



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BRAÇO DO NORTE
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 95/2021
EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 17/2021

ANEXO III

AO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 17/PMBN/2021

"M O D E L O"

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA
C.N.P.J.
ENDEREÇO

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.

Para fins de participação, no Edital de Tomada de Preço Nº 17/PMBN/2021, em cumprimento com o que determina o Art. 27, inciso V, da Lei 8.666/93, declaramos para todos os fins de direito, que a nossa empresa não possui empregados menores de dezoito anos em jornada noturna, ou em locais insalubres ou perigosos; não possui em seus quadros empregados menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

_____, ____ de _____ de 2021.

Carimbo da empresa e/ou identificação gráfica e assinatura devidamente identificada do representante legal da empresa proponente.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BRAÇO DO NORTE

CNPJ: 01.349.236/0001-09
AV. FELIPE SCHMIDT, 2070
C.E.P.: 8875-000 - BRAÇO DO NORTE - SC

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO
Nr.: 17/2021

Processo Administrativo: 95/2021
Processo de Licitação: 95/2021
Data do Processo: 18/10/2021

ANEXO IV

TERMO DE RENÚNCIA

À Comissão de Licitação da(o) **MUNICÍPIO DE BRAÇO DO NORTE**

A proponente abaixo assinada, participante da licitação acima, por seu representante credenciado, declara, na forma e sob as penas impostas pela Lei Nr. 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, obrigando a empresa que representa, que não pretende recorrer da decisão da Comissão de Licitação, que julgou os documentos de habilitação preliminar e da abertura das propostas, renunciando assim, expressamente, ao direito de recurso e ao prazo respectivo, e concordando, em consequência, com o curso do procedimento licitatório.

....., de de 2021.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE

NOME:

CPF:



ANEXO V

AO II EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Mº 17/PMBN/2021

"M O D E L O"

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA
C.N.P.J.
ENDEREÇO

DECLARAÇÃO

....., inscrita no CNPJ N°,
sediada na rua, cidade / SANTA CATARINA, por intermédio de seu
representante legal, o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade n°
..... e do CPF n° DECLARA que não possui em seu
quadro societário servidor público da ativa, empregado de empresa pública e de sociedade de
economia mista.

....., de de 2021.

Representante legal